

## GRAMSCI E A REVOLUÇÃO NACIONAL

Gianni Fresu

Universidade Federal de Uberlândia UFU/MG

Um dos temas tipicamente *leninistas* que caracterizam a inteira obra e militância de Gramsci é a exigência política de traduzir nacionalmente os princípios do materialismo histórico, ou seja, recusar as afirmações genéricas e superficiais sobre o capitalismo ou a revolução em geral para construir uma nova teoria da transformação nas concretas condições de cada formação econômico-social. Aquele conjunto de questões que, nos *Cadernos do cárcere*, são definidos “os elementos de trincheiras e casamatas”.

Embora seja bastante ampla e difundida a tendência de apresentar a teoria da hegemonia como ponto de descontinuidade profunda entre Gramsci e Lenin, nas notas sobre guerra manobrada e guerra de posição do *Caderno 7*, o intelectual reconheceu ao revolucionário russo o grande mérito de ter compreendido a complexidade dos aparelhos de domínio e hegemonia nas sociedades avançadas do Ocidente, indicando a tarefa da conquista hegemônica da maioria dos explorados. Pelo contrário, a teoria da «revolução permanente» era por ele o reflexo da teoria da guerra manobrada, do assalto imediato, isto é, o reflexo de um país onde as condições gerais econômicas, culturais e sociais, ficavam embrionárias e pouco desenvolvidas e, portanto, a classe dominante não era capaz de exercer uma própria hegemonia político-social. A fórmula da «revolução permanente» (*Caderno 13*) surgiu antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas e, mais, em geral, corresponde a uma fase de forte atraso da sociedade no campo, na sociedade civil, nos aparelhos privados da hegemonia das classes dominantes, onde ainda faltam os grandes partidos políticos e os sindicatos. Esta fase muda radicalmente em 1870, com a nova expansão colonial europeia, quando as relações organizativas internas e internacionais dos Estados tornam mais complexas e articuladas, levando à mesma mudança acontecida na arte militar: a fórmula da «revolução permanente» é superada da «hegemonia civil», ou seja, a «guerra de movimento» se torna «guerra de posição». A articulações internas (nacionais) das democracias modernas são pela arte política como as «trincheiras» e as fortificações permanentes da «guerra de posição» e podemos dizer que «um estado vence uma guerra em quanto a prepara militarmente em tempo de paz»<sup>1</sup>. Conforme, afirma Gramsci no *Caderno 7*, a teoria de

---

<sup>1</sup> A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, Einaudi, Torino, 1975, pp. 1566, 1567.

Trotsky era o fruto de uma «impostação superficial», seja sobre o plano nacional, seja europeu, e apenas a sua obstinação o convenceu que quanto por ele elaborado no 1915 tivesse acontecido 15 anos depois. Segundo Gramsci, Trotsky, nas suas memórias, afirmou que o elo, a conexão e a continuidade entre revolução burguesa e revolução socialista geram naturalmente uma condição de revolução permanente, que pode acabar só com a vitória final da revolução social. Nesse sentido, ele reivindicou a retidão da sua posição, que queria queimar todas as etapas mudando logo a revolução burguesa do 1905 em revolução socialista, portanto, embora aquela experiência tenha acabado por ser abafada, afirmou que a sua previsão aconteceu 15 anos depois. Segundo Gramsci, todavia, «a teoria de Trotsky não era boa nem quinze anos antes, nem quinze depois», («indovinò all'ingrosso»):

Como dizer que se adivinha que uma criança de quatro anos tornará mãe e, quando ela se torna mãe a vinte anos, dizemos “eu o adivinhei”, não lembrando, porém, que quando tinha quatro anos queria-se estuprar a criança seguros que seria tornada mãe<sup>2</sup>.

Pelo contrário, Lenin, compreendeu que no Ocidente, em março de 1921, depois da falha das revoluções ocidentais e o encaminhar-se de uma comprida fase de ofensiva reacionária, era preciso mudar da «guerra manobrada» à «guerra de posição». A primeira teve sucesso na Revolução russa do 1917, mas a segunda era a única possível no Ocidente, onde a sociedade civil era mais desenvolvida e as capacidades hegemônicas da classe dominante maiores. Isso era o sentido mais imediato da teoria da «frente única». Lenin teve a capacidade de entender esta necessidade, mas não teve o tempo para desenvolvê-la, também porque poderia fazê-lo apenas sobre o plano teórico, enquanto «a tarefa era essencialmente nacional», ou seja, pertencia aos partidos dos países ocidentais encaminhar uma profunda investigação do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza<sup>3</sup>. Todo isso encontra confirmação na famosa nota *Machiavelli* do *Caderno 14* onde o intelectual sardo afirma que no materialismo histórico - seja na concepção de Marx («a formulação do seu fundador»), seja naquela de Lenin (a definição do seu mais recente e grande retórico) - a

---

<sup>2</sup>. *Ivi*, pag. 866.

<sup>3</sup> *Ibid*.

situação internacional vai considerada, antes de mais nada, no seu aspecto nacional:

Realmente a relação «nacional» é o resultado de uma combinação «original» única (em um certo sentido) que nessa originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida se queremos dominá-la e dirigi-la<sup>4</sup>.

A tarefa da «classe internacional» era, portanto, «estudar exatamente a combinação de forças nacionais» desenvolvendo-as também em função das exigências internacionais. Se investigamos todo o esforço entre 1902 e 1917 dos «maioritários» (os bolcheviques), escreve Gramsci, compreendemos como a originalidade deles fosse no «depurar o internacionalismo de cada elemento vago e puramente ideológico (no sentido deteriorado) para dar-lhes um conteúdo de política realística»<sup>5</sup>. A hegemonia se substancia das exigências de caráter nacional, portanto, uma classe internacional, para conduzir estratos sociais estritamente nacionais, precisa nacionalizar-se, porque (por causa da derrota das revoluções no Ocidente) ainda não se objetivaram as condições mundiais para o socialismo. Pode definir-se classe dirigente só aquela capaz de interpretar essa combinação, por isso, conclui Gramsci, as acusações de nacionalismo que «Leone Davidovici» (Trotski) levantou contra «Bessarione» (Stalin) «são ineptas se referidas ao alvo da questão». É interessante sublinhar como Gramsci entrelaça as tendências não nacionais aos erros típicos do mecanicismo da Segunda Internacional, onde nenhum pensava existissem as condições internacionais para encaminhar o processo revolucionário e, na espera que também os outros alcançasse o nível adequado, a única atividade real do movimento foi a acumulação das forças. Agora a mesma postura «não nacional» se apresentava por trâmite da teoria da revolução permanente, que Gramsci define o fruto de um «napoleonismo anacronístico e antinatural»:

As fraquezas teóricas destas formas do velho mecanicismo são mascaradas da teoria geral da revolução permanente, que outro não é que uma previsão genérica apresentada como um dogma que se destrói por si mesmo, pelo fato que não se manifesta factualmente<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Antonio Gramsci, *Quaderni del cárcere*, Einaudi, Torino, 1977, pag. 1729.

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> *Ivi*, pag. 1730.

## 1. Saber ouvir os subalternos

No ano de 1891, quando Gramsci nasceu, a Itália estava empenhada na guerra alfandegária com a França, consequência da política protecionista em favor da nascente indústria nacional e as grandes produções agrícolas dos latifúndios, a base social do novo Estado unitário que depois ele chamou de «bloco histórico». A Sardenha, arrastada no ano de 1887 pelo desmoronamento do seu sistema bancário, viu fechar-se de repente o mercado da França, destinação histórica para a maior parte (80%) das suas exportações, em particular gados, agrumes, vinho e azeite. Tudo isso, provocou o empobrecimento e o abandono dos campos, onde a única alternativa foi o pastoreio, mas também este setor produtivo tradicionalmente atrasado ficou enfraquecido pela constituição, entre o 1885 e o 1900, das primeiras indústrias de produção de queijo, que fixaram um preço para leite tão baixo que impedia qualquer possibilidade de desenvolvimento. A outra alternativa foi a mineração, mas também aqui as condições para os trabalhadores eram desastrosas em razão da crise e das condições inumanas do trabalho. Além disso, embora fosse uma grande exploração, os salários eram baixíssimos, os piores na Itália, por isso a Sardenha entre 1890 e 1910 (exatamente os anos da formação sarda do jovem Gramsci) ficou marcada por frequentes levantamentos populares e lutas que envolviam toda a ilha. Não casualmente, a primeira greve geral da história da Itália foi deflagrada depois da violenta repressão do exército contra as reivindicações dos trabalhadores mineiros sardos em 1904, a famosa «matança de Buggerru».

Expliquei tudo isso, para dizer que a obra de Gramsci não é o grande plano estendido sobre a mesa de um intelectual brilhante. É um trabalho nascido das lutas sociais concretas, da experiência direta de uma condição de miséria e marginalização social que ele mesmo viveu. Entre Gramsci e as classes subalternas se desenvolve uma relação empática, orgânica, não uma mera relação de representação, e isto é em boa medida devido ao ambiente social e cultural, ao conhecimento pessoal das injustiças a que eram condenadas as massas sem voz. Uma relação empática confirmada pelos testemunhos diretos dos que trabalhavam com ele. Entre eles, os muitos operários turinenses protagonistas do “Biênio Vermelho” diziam: «se muitos dirigentes do movimento sabiam falar com os operários, Gramsci sabia ouvi-los». A existência do intelectual italiano, como aquela de muitos jovens da sua geração, ficou marcada pelo drama da primeira guerra mundial, o conflito onde foram aplicadas em larga escala as novas grandes descobertas científicas dos decênios anteriores. Uma guerra de massa, conduzida por exércitos recrutados por base obrigatória, onde são enviados literalmente ao massacre milhões de camponeses e operários. Há uma expressão

camponeses e operários. Há uma expressão característica daquele conflito, utilizada muitas vezes por Gramsci, que esclarece perfeitamente o uso instrumental das classes subalternas por parte das classes dirigentes: «carne para canhão». Nas reflexões gramscianas, essa relação dualista vai além do contexto da guerra, encontrando sua plena expressão nas relações fundamentais da moderna sociedade capitalista. Nesse sentido é que Gramsci utiliza a categoria de «cadornismo<sup>7</sup>» como uma síntese exemplar das relações político-sociais entre os dirigentes e os dirigidos, das modalidades de direção dos primeiros sobre os segundos.

O encontro com Turim, «a Petrogrado da revolução italiana», onde ele chegou em 1911 para estudar na universidade, representa uma viragem na vida de Antonio Gramsci. Naqueles anos, a velha capital do reino, foi a dimensão mais alta do desenvolvimento fordista na Itália, além do que o lugar onde mais forte e consciente foi o nível do enfrentamento de classe. Este encontro é, para sua formação, fundamental: o jovem Gramsci – em cujo código genético político-social estava bem presente o espírito de rebelião dos pastores, dos trabalhadores mineiros e rurais da sua terra – em Turim entra em contato com a força organizativa do movimento operário. A partir desta experiência se forma uma concepção muito articulada do conflito de classe e da ideia mesma da revolução, na qual se impõe a necessidade de pôr em síntese, organicamente, as instâncias dos operários do Norte com as reivindicações das massas camponesas do Sul. Sem conhecer este processo de formação político intelectual, é muito difícil entender as peculiaridades da obra de Gramsci no panorama do marxismo italiano e mundial. O tema do atraso meridional, da questão camponesa e da necessidade de um papel hegemônico da classe operaria é, portanto, característica de toda a elaboração gramsciana, desde as suas primeiras experiências no movimento socialista. Encontramos escritos de Gramsci sobre este tema já em 1916 e, com continuidade, em muitos outros artigos até o ano de 1926, todavia, a primeira elaboração orgânica busca-se nas Teses do Congresso de Lyon.

Nas Teses, o dado inicial é a investigação sobre a natureza do capitalismo italiano, caracterizado por uma composição social marcada pela fraqueza do industrialismo e a falta de matérias primas. Ao industrialismo se contrapõe uma agricultura que, na múltipla articulação de diferentes camadas rurais, constitui a base econômica do país. Nessa

---

<sup>7</sup> Luigi Cadorna foi o geral responsável da derrota militar na batalha de Caporetto na primeira guerra mundial, famoso para conduzir uma estratégia bélica muito pesada (em termos de vidas humanas sacrificadas) que se desinteressava da sorte dos soldados colocados na primeira linha das operações com a certeza da morte deles.

dialética se coloca uma burguesia urbana bastante ampla, compostas pelas chamadas profissões liberais (advogados, empregados do Estado, engenheiros), comerciantes e artesãos. Esta fraqueza explica porque o capitalismo industrial teve de constituir-se formando um bloco social com as camadas da grande propriedade agrária, num sistema de compromissos antinatural que irá garantir a supremacia de ambos nos ambientes a partir do qual atuam. Um bloco baseado na solidariedade entre os interesses dos grupos privilegiados, mas com danos para os interesses gerais da produção e do mundo do trabalho que, travando a dialética entre classes geralmente contrapostas nas relações sociais capitalistas, impediu também o desenvolvimento parlamentar e liberal do jovem reino. Ele realizou um sistema de acumulação das riquezas proporcional ao empobrecimento de inteiras categorias sociais e regiões do país – o Sul em particular –, produzindo o atraso do desenvolvimento econômico, o déficit público, a exploração do trabalho e a emigração em massa dos italianos para o norte da Europa e para as Américas.

Nas *Teses*, a debilidade do Estado e da estrutura social que o suporta encontra origens bem definidas, representando já uma antecipação da leitura da *Questão meridional* e dos *Cadernos do Cárcere*. A Itália tornou-se Estado unitário principalmente pela concomitância de situações favoráveis ao nível internacional, utilizadas com inteligência pelos liberais de Cavour. O fortalecimento do Estado nascido do *Risorgimento* aconteceu através de um compromisso inatural entre o capitalismo industrial e as classes proprietárias (latifundiários e pequena burguesia), e sobre as quais a nova nação podia exercer uma hegemonia muito limitada.

O compromisso, base da unidade nacional e que sustentava o bloco histórico das classes dirigentes, tinha seu fundamento no desenvolvimento desigual entre Norte e Sul, razão pela qual o enriquecimento e o desenvolvimento do primeiro era inversamente proporcional ao empobrecimento do segundo, destinado a tornar um mercado de exploração colonial interno. Este tipo de desenvolvimento aparecia para as populações meridionais realmente uma situação colonial (Gramsci em vários artigos e nas cartas o explica falando da sua terra, a Sardenha), assumindo a grande indústria setentrional o papel das metrópoles capitalistas. Os grandes proprietários agrários e a pequena burguesia do Sul tinham a mesma função das camadas sociais que nas colônias se aliavam às metrópoles para conservar a condição de subalternidade das classes trabalhadoras. Desde as origens do Estado unitário, a tarefa das classes dirigentes foi exatamente conservar esta condição de sujeição dos

sujeição dos subalternos. Mas, em uma perspectiva histórica mais ampla, este compromisso acabava por revelar-se inadequado, pois representava um freio ao pleno desenvolvimento das forças produtivas, pondo-se como o principal fermento da mobilização das massas contra o Estado. O *Risorgimento* acabou por ser uma «revolução sem revolução», uma mudança baseada sobre relações passivas e conservadoras onde o ponto de unidade ente burguesia do Norte e latifundiários do Sul ficava na necessidade de impedir a irrupção das grandes massas populares. Por isso, em frente das frequentes crises de hegemonia das classes dirigentes nacionais, a saída sempre foi encontrada na involução autoritária: concentração dos poderes no governo, limitação das liberdades individuais e coletivas, repressão violenta das lutas sociais pelo tratamento dos estados com assédios militares. Em apenas sessenta anos de vida do jovem Estado unitário isso aconteceu com o governo Crispi, na gravíssima crise do 1898-1900, na entrada extraparlamentar da Itália na guerra (contra a orientação do Parlamento e da sociedade), com ascensão ao poder de Mussolini, imposta ao Parlamento pelo rei Vittorio Emanuele III, embora o chefe do fascismo representasse só o 5% dos deputados na Câmara.

Na fase 1890-1900 pela primeira vez a burguesia se põe concretamente o problema de organizar a sua ditadura. Um período caracterizado por uma série de providências políticas e legislativas (por exemplo, o protecionismo alfandegário com à denúncia dos tratados comerciais com a França) que levam ao fortalecimento da aliança entre industriais e burguesia agrária, até subtrair as camadas rurais ao controle, até então, exercido do Vaticano em chave antiunitária. Todavia, à consolidação desse bloco histórico correspondem aos progressos das organizações operárias e a rebelião das massas rurais. E eis o lugar do fascismo no tradicional quadro das classes dirigentes italianas. Ele assume a forma da reação armada com a precisa tarefa de transtornar as organizações dos subalternos, garantindo assim a supremacia dos dominantes e a sobrevivência de classes improdutivas e parasitárias. Por isso o seu aparecimento foi favorecido e protegido sem distinção pelos velhos grupos dirigentes. Porém, como esclareciam as Teses de Lyon, a verdadeira base social do fascismo era e continuava a ser a tradicional pequena burguesia urbana e a nova burguesia agrária (exatamente as classe improdutivas e parasitárias que o regime protegeu).

O ensaio sobre a *Questão meridional*, embora escrito em condições muito difícil para Gramsci, é fundamental para explicar o sucesso internacional da sua obra, pois ofereceu

ofereceu uma pauta interpretativa sobre as dinâmicas do desenvolvimento desigual entre Norte e Sul, por meio das relações coloniais e semicoloniais depois retomada para ler outras realidades históricas e territoriais, como o Brasil. Além disso, ao descrever a natureza amorfa e desagregada das massas camponesas meridionais, Gramsci define já os termos essenciais da categoria dos grupos subalternos, depois desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*, assim importantes para o florescer de novos âmbitos de pesquisa internacionais como os *Subaltern, Post-colonial e cultural studies*.

Para entender a importância deste escrito, é preciso citar uma carta do cárcere de 6 de junho de 1932, destinada à cunhada Tania Schucht, onde Gramsci escreve que a partir da *Questão meridional* ele se encaminhou por um percurso de análise sobre o transformismo considerado não como simples fenômeno de corrupção, mas um preciso processo de formação das classes dirigentes italianas por cooptação. Um fenômeno que o empurrou a reconsiderar radicalmente a noção de Estado, compreendendo que essa entidade, nas realidades desenvolvidas, precisava ser ampliada as diferentes gradações hegemônicas por meio das quais se articula o domínio político sobre a sociedade.

Se você estuda toda a história italiana desde 1815, pode ver que um pequeno grupo dirigente conseguiu metodicamente absorver no seu círculo todo o pessoal político que os movimentos de massa, de origem subversiva, exprimiam. De 1860 a 1876, o “Partito d’Azione”, mazziniano e garibaldino, foi absorvido pela Monarquia, deixando um resíduo insignificante que continuou a viver como “Partito Republicano” mas tinha mais um significado folclórico que histórico-político. O fenômeno foi chamado transformismo, mas não se tratava de um fenômeno isolado; era um processo orgânico que substituíra, na formação da classe dirigente, o que aconteceu na França durante a Revolução e com Napoleão, e na Inglaterra com Cromwell. Depois de 1876 o processo segue molecularmente. Assume uma dimensão imponente no pós-guerra quando parece que o grupo tradicional não tem condições de assimilar e dirigir as novas forças produzidas pelos acontecimentos<sup>8</sup>.

As específicas condições de desenvolvimento da sociedade italiana, a sua história, a sua tradição, fizeram assumir a questão camponesa duas formas típicas e específicas: a questão meridional e aquela vaticana. Pôr-se a tarefa histórica de conquistar a maioria dos explorados significava por ele assumir socialmente essas questões, ou seja, incorporar as exigências de classe das massas camponesas nas reivindicações de curto e de longo prazo. Isso é provavelmente a passagem onde Gramsci com maior clareza retoma criativamente,

<sup>8</sup> Gramsci, A. *Lettere dal carcere*. Torino: Einaudi Editor, 1974, p. 232



traduzindo-a na concreta realidade italiana, os conceitos desenvolvidos por Lenin no III Congresso da Internacional Comunista. Aí Lenin levantou a necessidade dessa conquista hegemônica, levando o exemplo histórico dos bolcheviques que incorporaram o programa agrário dos socialistas revolucionários em 1917 até realizar uma reforma agrária pequeno burguesa. Na mesma maneira, Gramsci, coloca o objetivo da incorporação da questão meridional e camponesa no programa revolucionário dos comunistas italianos.

Segundo Gramsci a classe operária italiana devia assumir a função de classe histórica geral dirigindo os camponeses e algumas categorias subalternas dos semiproletários urbanos, ou seja, abandonar cada rastro de mentalidade corporativa e sindical. Os seus membros deviam pensar como parte de uma classe capaz de dirigir seja os camponeses ou os intelectuais. Essa era a única via para que a classe operária, ainda minoria social no país, pudesse encaminhar um processo revolucionário. Com a falta dessa função hegemônica aquelas camadas oscilantes, potencialmente sensíveis à radicalização, ficariam sob a direção conservadora da burguesia contribuindo ao seu domínio. Gramsci define o Sul como uma grande desagregação social, onde os camponeses não têm nenhuma coesão entre eles. Não conseguindo transformar as próprias aspirações em forma centralizada, o fermento deles ficava na dimensão endêmica da rebelião sem perspectivas. Em cima dessa desagregação se estruturava o aparelho de domínio do bloco agrário, capaz de encadear as massas camponesas nessa condição amorfa e desagregada.

O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa o impulso para a sua atividade política e ideológica. Os grandes latifundiários no campo político e os grandes intelectuais naquele ideológico centralizam e dominam todo este complexo de manifestações. Como é natural é no campo ideológico que a centralização acontece com maior eficácia. Giustino Fortunato e Benedetto Croce representam, portanto, as chaves do sistema meridional, as maiores figuras da reação italiana<sup>9</sup>.

No sistema meridional, portanto, além dos grandes intelectuais, assumia uma grande importância o papel dos intelectuais intermediários, pois eles realizavam a coligação entre o grande dono da terra com o camponês. Esse tipo de intelectual tem origem na pequena burguesia que geralmente vivia da renda das suas propriedades rurais alugadas, uma herança da velha sociedade, destinada a ser superada com o desenvolvimento das relações capitalistas, mas que na Itália sobreviveu graças a natureza

---

<sup>9</sup> A. Gramsci, *La questione meridionale*, Op. cit. pag. 28.

atrasada do bloco histórico que a dominava. Essa estratificação parasitária foi depois investigada nas notas sobre *Americanismo e fordismo* exatamente para compreender algumas das fundamentais raízes econômico-sociais do fascismo.

O fascismo, assim como o fordismo, objeto do Caderno 22, foram duas respostas, profundamente diversas, encontradas pela burguesia no início do século XX, para sair da sua crise orgânica. A primeira é uma resposta profundamente reacionária, uma violenta defesa da ordem tradicional, do sistema das rendas parasitárias característica da sociedade europeia. A segunda, uma resposta mais progressiva e racional sobre o plano econômico-produtivo, embora marcada também ela pelas suas íntimas contradições, que teria determinado a passagem do velho individualismo econômico à economia programática. Ou seja, o melhoramento dos maquinários, a construção de uma nova figura operária, a diminuição dos desperdícios na produção, tinha por objetivo precípua a passagem de uma fase de custos crescentes a uma outra de custos decrescentes, embora com um aumento do capital fixo. O americanismo e o fordismo revelam a necessidade de realizar um novo sistema de acumulação e distribuição do capital financeiro, fundado diretamente sobre a produção industrial, que se mostrasse livre dos filtros de intermediação parasitárias típicos da civilização europeia. Não foi por acaso que as tentativas de introduzir esse tipo de padrão de acumulação na Europa se chocaram com muitas resistências intelectuais e morais. «A Europa [escreve Gramsci] queria a barrica plena e a mulher bêbada, todos os benefícios que o fordismo produz no poder da concorrência, mas guardando o seu exército de parasitas que comem grandes massas de mais-valor». Essa contradição é a origem da “crise orgânica” que arrastou as nações europeias no pós-guerra. O fordismo, para atuar concretamente, precisa que não existam classes sem uma função produtiva. Ao contrário, a civilização europeia, em particular aquela do Sul, era caracterizada pelo proliferar dessas classes na burocracia estatal, no clero, na propriedade da terra, no comércio espoliador, no exército. «Quanto mais é velha a história de um país, tão mais extensas são essas estratificações de massas preguiçosas e inúteis que vivem do patrimônio dos avós, destes parasitas da história econômica»<sup>10</sup>.

Assim, o sistema das rendas parasitárias na propriedade da terra do Sul da Itália<sup>11</sup>, produziu um modo de acumulação entre os mais monstruosos e doentios, porque baseado

<sup>10</sup> A Gramsci, *Cadernos do cárcere*, pag, 2141

<sup>11</sup> E o fenômeno parece ser exatamente o mesmo na história do Brasil.

sobre um nível de exploração da miséria agrária pesadíssimo, uma vez que para manter o elevado nível de vida das famílias do senhores, acostumados como parasitas das rendas latifundiárias, eram necessárias quantidades sempre mais imponentes de dinheiro, que não permitiam nem a acumulação, nem a poupança, nem os investimentos produtivos no campo. O corporativismo, para além das afirmações demagógicas da ditadura, não foi um instrumento para ultrapassar os restos semifeudais desta formação. Ele teve em primeiro lugar uma tarefa de polícia econômica, foi essencialmente um instituto para controlar e inibir os trabalhadores evitando o conflito entre capital e trabalho. Em segundo lugar, teve a função de garantir a sobrevivência dessas camadas improdutivas e parasitárias, a sua verdadeira base social:

O estado fascista [escreve ainda Gramsci], cria novos rentistas, ou seja, promove as velhas formas de acumulação da poupança, e cria quadros sociais fechados. Na realidade, a orientação corporativa tem funcionado para suportar posições periclitantes das classes médias, não para eliminá-las, tornando-se uma máquina de conservação do existente e não uma mola de propulsão. Por quê? Porque a orientação corporativa está na dependência do desemprego: defende aos empregados um mínimo de vida que, se fosse livre a concorrência, ruiria também ele, provocando graves sublevações sociais; cria (no Estado) empregos de novo tipo, organizativo e não produtivo, aos desempregados das classes médias.<sup>12</sup>

Ao contrário da Itália, os Estados Unidos não estavam sobrecarregados por esse lastro histórico das classes parasitárias e também nisso se pode buscar a razão da extraordinária capacidade de acumulação dos capitais naquele país, bem como do seu teor de vida claramente superior ao das classes populares na Europa. Mas também o fordismo tinha uma tarefa de polícia econômica, limitar a subjetividade social dos trabalhadores por meio da destruição de qualquer atividade criativa no trabalho. O processo de racionalização fordista necessitava da criação de um novo tipo de trabalhador, plasmado sobre as exigências da produção na cadeia de montagem que Taylor definiu como um «gorila treinado».

A análise sobre o bloco intelectual do Sul, teve uma centralidade não só investigativa, mas era a premissa para a elaboração de um programa revolucionário finalizado à destruição do bloco histórico tradicional agora representado pelo fascismo.

---

<sup>12</sup> *Ivi*, pag. 1258.

Gramsci colocou dois pontos essenciais dessa estratégia: dirigir as massas dos subalternos rurais e favorecer a formação de partidos camponeses autônomos das classes dominantes: produzir uma fratura orgânica entre os intelectuais para favorecer entre eles uma vertente partidária do bloco social revolucionário. A colaboração no *Ordine Nuovo* com o intelectual liberal Piero Gobetti teve exatamente essa função

Segundo Gramsci, o êxito conservador e passivo do *Risorgimento* não fez mais do que enxertar na secular estrutura de poder do Sul, o domínio do capitalismo setentrional, o qual, após a unificação, soldou-se ao da burguesia agrária do Sul em um novo bloco histórico, cuja pedra angular residia, uma vez mais, na função exercida por intelectuais como Benedetto Croce e Giustino Fortunato. O valor nacional da questão meridional encontra um dos seus “momentos” fundamentais precisamente na complexidade do bloco histórico, determinado por meio da unificação político-territorial que se observara na Itália.

Em uma famosa carta endereçada do cárcere de Milão a Tania Schucht, em 19 de março de 1927, Gramsci começa a falar sobre a exigência de um trabalho de pesquisa “desinteressado”, capaz de ocupá-lo intensamente. Este trecho, é uma ponte entre a análise da *Questão meridional*, o último ensaio de Gramsci antes de ser preso, e aquela dos Cadernos, e contém o plano de trabalho para os anos de prisão.

Já no primeiro Caderno o argumento da relação entre Norte e Sul foi investigado com uma perspectiva histórica que compreende as dinâmicas da formação nacional da Itália no *Risorgimento* e as funções dos intelectuais nos equilíbrios políticos de dominação e hegemonia. Gramsci fala de uma exploração semicolonial que não aparecia em toda uma literatura que pensava o atraso do Sul como obra da incapacidade orgânica, da inferioridade biológica, da barbárie congênita do homem meridional. Segundo esta teoria, o Sul não conseguia emancipar-se da miséria e do atraso por razões internas, genéticos-raciais, e não por responsabilidade das relações coloniais impostas. Um Sul “bola de chumbo ao pé do Norte”, que impedia um mais rápido progresso para a modernidade industrial e a riqueza econômica.

Também no primeiro Caderno aparece analisado um tema que é orgânico a toda a obra de Gramsci, qual seja, a fraqueza das classes dirigentes italianas: a interrupção no desenvolvimento da civilização comunal e a falta da formação de um estado unitário moderno, os limites do *Risorgimento*, a ausência de uma dialética parlamentar na idade liberal, o fenômeno do transformismo. Este último, para Gramsci, não apenas um problema

dos maus costumes políticos, mas um preciso processo de cooptação com o qual, do *Risorgimento* ao fascismo, as classes dominantes conseguiram a consolidação do seu poder por meio da decapitação dos grupos avessos ao Estado. Estas análises, que esboçam os termos de uma “biografia nacional”, são essenciais tanto para a história quanto para a Ciência política, e nelas estão contidas algumas tendências que ciclicamente se repetem na vida política italiana, especialmente nos seus períodos de crise. Todavia, a originalidade que elas encerram está na definição do Estado como uma sociedade civil bem organizada. Cada sistema de poder (também o fascismo) não se sustenta só com a utilização da força, mas também através do consenso, ou seja, a capacidade de formar politicamente, culturalmente e socialmente o que é consenso na opinião pública. E eis a função essencial dos intelectuais em uma sociedade moderna, o grande tema da sociedade civil, uma função articulação no âmbito de uma esfera mais ampla, também definida como Estado.

Na Ciência política, Gramsci é universalmente reconhecido como o teórico da hegemonia, por haver desvelado a natureza múltipla do poder. Uma sociedade moderna avançada tem formas estratificadas de direção política articuladas em dois níveis: a “sociedade civil”, que corresponde à função de hegemonia exercida pela classe dominante sobre a sociedade inteira; a “sociedade política”, ou o Estado no sentido mais estrito do domínio direto, incluindo as funções de comando e “governo jurídico”. A concepção usual de Estado é, para Gramsci errada e limitativa porque, em geral, se permanece preso a este segundo aspecto do domínio, sem se dar a devida importância ao aparato privado da hegemonia, ou sociedade civil. Deste modo se subestimam as funções políticas da cultura, das relações sociais e também econômicas. Sociedade política e sociedade civil não estão separadas e em oposição. A segunda existe em função da primeira, a sustenta e alimenta. A ideia mesmo de “opinião pública” está conectada à de hegemonia política, como ponto de contato da dialética entre sociedade política e sociedade civil, entre força e consenso. “A opinião pública é o conteúdo político da vontade política”. Esta é uma função do domínio político que consiste em conformar a opinião pública preventivamente a determinadas escolhas impopulares do Estado, em organizar e centralizar alguns elementos da sociedade civil.

A luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública, através do controle de jornais, partidos e parlamento tem a finalidade de evitar uma divergência e uma divisão entre os dois níveis. Diferentemente do que aconteceu na Rússia czarista, no Ocidente o assalto ao poder

estatal é inútil sem uma prévia conquista hegemônica da sociedade civil. Este é o sentido das famosas notas sobre “guerra manobrada” e “guerra de posição” sobre as quais escrevi acima:

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente entre Estado e sociedade civil, havia uma justa relação e a qualquer abalo do Estado logo se divisava uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, se entende, mas exatamente isto pedia uma cuidada investigação do caráter nacional<sup>13</sup>.

Na Itália, atrás da crise de hegemonia do regime liberal, estava o inútil esforço pela guerra, com a sua carga de promessas não respeitadas, e o irromper de sujeitos sociais antes passivos. O fascismo foi a lógica consequência de uma condição de equilíbrio precário onde nenhum grupo, nem aquele conservador, nem aquele progressista, tinha a força para a vitória final. O uso da força, aquela legal do Estado e aquela ilegal das esquadras paramilitares fascistas, foram o meio com que as velhas classes dirigentes tentaram fazer frente à morte da velha ordem impedindo de toda forma o nascimento do novo.

## ***2. Luta por uma nova hegemonia e espírito de cisão.***

Desde as suas primeiras experiências no movimento socialista, segundo Gramsci, a revolução tinha de ser entendida como um processo que se desenvolve na prática, dia a dia. Assim, a obra de Lenin e o sistema dos *Soviets* assumia um valor universal, porque indicavam um modo concreto para a transformação socialista da sociedade, antes ainda da ruptura dos equilíbrios dominantes. Este modo processual de entender a revolução, reforçado pelo exemplo do *Soviét*, tinha uma tarefa bem precisa: traduzir nacionalmente, para cada país, segundo as próprias possibilidades, o sistema no seu processo histórico. O problema maior em que se encontrava o movimento operário internacional era buscar nos processos produtivos as condições para a edificação da Nova ordem, da nova sociedade, envolvendo nesse processo os atores principais da produção industrial. É uma ideia molecular da revolução que não pode prescindir do protagonismo dos produtores, por isso, o tema central em toda a atividade e elaboração de Gramsci, antes e depois o 1926, é a autonomia política e social do proletariado e dos subalternos. Nessa temática está a razão da crítica às

---

<sup>13</sup> *Ivi*, pag. 866.

da crítica às modalidades deterioradas de direção política, a relação dualística, bonapartista, das massas com os dirigentes, no Partido socialista italiano, no sindicato, na direção *bordighista* do PCd'I. Já para o jovem Gramsci, o marxismo podia ser uma modalidade nova de participação na vida política, como instrumento de liberação com que resolver o problema desta histórica divisão, através da autoeducação dos trabalhadores nos seus organismos associativos, como os conselhos de fábrica, e na assunção direta por parte deles da direção produtiva e política. Gramsci pôs o acento sobre a exigência de lançar as bases do processo revolucionário na intimidade da vida produtiva, para evitar que fosse só uma chamada estéril à vontade, um mito nebuloso.

Inerente à história da Itália estão dois problemas centrais na elaboração gramsciana: o partido político e a fratura entre dirigentes e dirigidos, que corresponde à divisão fundamental entre trabalho intelectual e manual. O interesse de Gramsci pelos escritos de Maquiavel — sobre a construção de um Estado nacional moderno como na França e na Espanha — se explica também pela questão de um moderno Partido político para trabalhadores e subalternos.

O Príncipe tinha posto a tarefa da criação de um Estado moderno e unitário na Itália, em uma fase de total desagregação nacional. Assim, Gramsci se pôs o objetivo de escrever um novo Príncipe, que encarasse politicamente o tema da fundação do Estado dos trabalhadores, em uma época de derrota e refluxo pelo movimento operário. Um moderno Príncipe, como organismo coletivo que encarna plasticamente a vontade das massas populares, não uma pessoa individual.

A modernidade do Príncipe estava na compreensão de que, sem o irromper das grandes massas na vida política, não era possível a formação de uma vontade nacional popular. Esta intuição estava contida na ideia da reforma da milícia popular, para substituir os mercenários com uma milícia nacional, através do ingresso das massas camponesas. Desde a restauração de 1815, toda a história mostrava, pelo contrário, o esforço das classes dominantes para impedir esta irrupção. A ideia gramsciana de um moderno Príncipe tinha a tarefa de destruir este equilíbrio passivo e conservador, através da realização de uma profunda reforma intelectual e moral, ou seja, uma profunda reforma política e econômica, capaz de pôr fim à subalternidade das massas populares.

Mas uma completa reforma intelectual e moral pode ser realizada só com a transformação das relações dualísticas entre dirigentes e dirigidos e a recomposição da fratura entre trabalho intelectual e manual. Para alcançar a tarefa do socialismo não é suficiente abolir as classes, é preciso reverter a ideia mesma de hierarquia social. Ao contrário, as organizações do movimento operário tinham se revelado inadequadas para fazê-lo, reproduzindo no seu interior as mesmas tradicionais formas da arte política, atribuindo às massas populares um papel secundário e subalterno.

A distinção entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados, é um elemento primordial e irreduzível da política. Assim, o partido que tem o objetivo de eliminar a distinção das classes na sociedade, tem que começar desde a formação dos grupos dirigentes, com a consciência da necessidade de acabar com esta divisão, erroneamente considerada natural, mas devida só à divisão do trabalho.

Ao identificar a figura do intelectual, Gramsci nota que o erro mais grave está em pesquisar, como elemento caracterizante, a natureza intelectual da sua atividade, em vez da posição social do intelectual nas relações produtivas existente. A característica fundamental de um operário não é a natureza manual do seu trabalho, porque se assim o fosse não seria diferente das outras formas de trabalho instrumental. O que vai caracterizar o trabalho operário, são determinadas condições produtivas e sociais. Segundo Gramsci todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectual, porque historicamente se formam algumas categorias especializadas pelo exercício dessas atividades, em conexão com todos os grupos sociais mais importantes.

Na construção de uma “Nova Ordem” social tem que haver, como premissa essencial, a superação dessa fratura historicamente determinada, como consequência de uma divisão do trabalho sofrida pelas massas dos trabalhadores subalternos. A criação por parte das classes populares dos próprios intelectuais orgânicos é o elemento chave e também muito complicado das tendências desagregadas e episódicas da história das classes subalternas. A unificação deles pode realizar-se só com a vitória realizada, porque as classes subalternas sofrem constantemente a iniciativa da classe dominante também quando se insurgem. Os grandes intelectuais nascidos no seio do marxismo, para Gramsci, não foram ligados ao povo, não saíam do povo, mas das classes dominantes, para onde voltavam nas viragens históricas. A criação dos intelectuais orgânicos nas classes subalternas é para Gramsci o problema central, para evitar que os movimentos sejam decapitados nas fases de crise. Esta



operação não consiste na separação de alguns proletários da classe para fazê-lo dirigente, mas transformar o papel e a função intelectual trazida na produção material.

Já em um artigo no ano de 1924, escrito por ocasião da morte de Lenin<sup>14</sup>, Gramsci falou das relações entre partido e massas na construção do socialismo, afirmando que cada Estado é uma ditadura e enquanto existir a necessidade dele existirá o problema da direção de um chefe, todavia, no âmbito da transição ao socialismo, a questão mais importante é a natureza das relações que intercorrem entre ele e as massas, porque estes têm que ser orgânicos e não hierárquicos e militares. A fim de que o chefe e o partido não sejam uma excrescência, uma sobreposição violenta, é preciso que ambos sejam elementos da classe, parte da classe, representando os interesses e as aspirações mais vitais deles. Para Gramsci, Mussolini, ao contrário, representava à perfeição todas as características mais negativas do chamado chefe carismático, acostumado a seduzir o povo, mas sem alguma ligação verdadeira com esse. Segundo Gramsci, a política não é imaginável sem ambição, assim como não pode existir um chefe que não mire ao exercício do poder, mas também o problema se coloca do seguinte modo: se a ambição do chefe se eleva ao ponto de organizar um deserto em torno de si, ou se esta se associa ao crescimento de todo um estrato social; se o chefe olha a sua ambição como função da elevação geral. A mesma observação vale para a chamada demagogia, que em gênero está associada à tendência de servir-se das massas, suscitando o entusiasmo delas, bem excitado e alimentado, só com a tarefa de perseguir as próprias pequenas ambições, que podem assumir as formas do parlamentarismo democrático e também do bonapartismo plebiscitário e autoritário. Mas se o chefe não considera as massas «carne para canhão», um instrumento bom para alcançar os seus objetivos e depois jogar fora, e ao contrário fazê-las protagonistas históricas de um fim político orgânico e geral, a demagogia assume uma função positiva. A tendência do demagogo deteriorado é tornar ele mesmo insubstituível, fazer acreditar que atrás dele há só o abismo. Por este meio ele elimina cada possível concorrente, pondo-se diretamente em relação com as massas, para o qual contam o «plebiscito, a grande oratória, os golpes de cena, o aparato coreográfico fantasmagórico». O chefe político, não movido pela pequena ambição, trabalha para criar um estrado intermédio entre ele e a massa, para

---

<sup>14</sup> A. Gramsci, *Capo*, “L’Ordine Nuovo” marzo 1924, in *La costruzione del Partito Comunista*, Op. Cit.

suscitar possíveis concorrentes e iguais, para elevar o nível de capacidade das massas, e criar elementos que podem substituí-lo na função de chefe em qualquer momento.

Ir além do «cadornismo» significa torcer os velhos esquemas «naturalísticos» da arte política, combater o preconceito de que a filosofia é difícil demais e reservada a uma categoria especializada de intelectuais. Cada homem é um filósofo<sup>15</sup>, participa de uma determinada visão do mundo, adere àquela «filosofia espontânea» de que se compõe a linguagem do «senso comum» e do «bom senso» da «religião popular», no qual se manifestam as opiniões, as superstições, as crenças do folclore. Todavia, esta «filosofia espontânea»<sup>16</sup> é imposta aos indivíduos mecanicamente no ambiente externo dos seus grupos sociais desde o ingresso no mundo consciente. Portanto, a fim de que as classes subalternas consigam plena consciência de si, devem ir além da filosofia espontânea, alcançar o momento da crítica, para determinar sua transformação em sujeitos ativos e protagonistas do processo histórico. Uma visão crítica e coerente necessita da plena consciência da sua historicidade, ou seja, carece que a concepção crítica corresponda a determinados problemas estabelecidos pela realidade e sejam historicamente determinados. Ela nasce de um peculiar desenvolvimento das forças produtivas, enfrenta as outras visões de mundo. Mas a criação de uma visão orgânica e coerente tem que assumir um caráter unitário, deve desembocar na socialização das descobertas já feitas, fazê-las ações concretas, «elementos de ordenamento intelectual e moral das massas». Para Gramsci, a passagem da «classe em si à classe para si» é um processo que poder realizar-se só através da superação dos velhos esquemas naturalísticos da política, ou seja, abandonando de um jeito dualístico de entender a direção, que transforma o intelectual num sacerdote encarregado de interpretar os sentimentos das massas populares para traduzi-los em diretivas que esses devem seguir mecanicamente e militarmente.

Gramsci descreveu a ditadura dos intelectuais como a mais persistente das superstições, porque condena as massas em uma condição imutável e violenta de subalternidade. Nesta contradição se concentram todas as relações de domínio e exploração da sociedade burguesa, se legitimam os vínculos de comando e obediência da eterna distinção entre dirigentes e dirigidos.

---

<sup>15</sup> Já no artigo *Socialismo e cultura* do “L’Ordine Nuovo” do 1919, Gramsci escreve que «cada homem é um filósofo» antecipando a leitura dos *Cadernos*.

<sup>16</sup> Nas notas sobre o *Ensaio popular* de Bucharin Gramsci define a «filosofia do sentido comum» como a «filosofia dos não filósofos», que dizer, a concepção do mundo absorvida acriticamente nos ambientes sociais onde se desenvolve a individualidade do homem médio. Esta filosofia não fica sempre igual no tempo e no espaço e é caracterizado do ser uma «concepção desagregada, incoerente, não consequente, conforme à posição social e cultural das multidões». *Cadernos do cárcere*, pag. 1396.

A filosofia, o saber, as direções políticas são apresentadas aos simples como conceitos por demais difíceis, que seria melhor delegar à um sacerdócio especializado.

A questão da função interditária dos intelectuais grandes e intermédios, contra a tendência das classes subalternas à unificação, fica presente em toda a obra do cárcere encontrando no *Caderno 25* talvez uma das suas mais eficazes sínteses. Nele Gramsci afirma que cada traço de autônoma iniciativa (política, social e cultural) por parte dos subalternos assume um valor inestimável, por causa da natureza «episódica e desagregada» da história deles, porque os subalternos sofrem constantemente a iniciativa dos grupos dominantes, também quando eles insurgem. Portanto, a tendência para a centralização orgânica e coerente da atividade deles, capaz de ir além do rebelismo sem perspectivas, ou a simples reivindicação econômica, fica sempre quebrada pela interdição das classes dominantes. Gramsci escreve assim que a subalternidade pode acabar só com a vitória permanente desses grupos, tanto que apenas com o cumprimento de um ciclo histórico podemos afirmar se a iniciativa dos grupos subalternos foi vitoriosa. Mais precisamente, os grupos subalternos não podem unificar-se até quando não tornam Estado.

A unidade das classes dirigentes acontece no Estado, tanto que podemos dizer que a história delas coincide com aquela dos Estados, todavia, como já explicado, essa não se resolve simplesmente no âmbito jurídico e político das instituições: «a unidade histórica fundamental, para a sua concretização, é o resultado das relações orgânicas entre Estado, sociedade política e sociedade civil». A história dos grupos subalternos é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil e da história dos Estados. Portanto, concluindo, para o «histórico integral», o estudo dos grupos subalternos torna central, e Gramsci aponta alguns conceitos essenciais:

- 1) como os grupos subalternos se formam e desenvolvem em relação aos processos produtivos, a difusão quantitativa deles, as possíveis origens por grupos precedentes, incluída a eventual persistência de mentalidades, ideologias e fins deles; 2) as modalidades, explícitas ou primordiais, de adesão às forças políticas dos grupos dominantes; 3) o nascimento de novos grupos que exercem o papel de manter o consenso e inibir as classes subalternas; 4) a existência de organizações dos grupos subalternos no terreno das reivindicações econômico-corporativas; 5) a existência de novas formações que afirmam a autonomia dos subalternos, apesar da persistência dos velhos quadros; 6) a formação de forças capazes de afirmar integralmente a

forças capazes de afirmar integralmente a autonomia dos subalternos, isto é, a capacidade de construir os próprios intelectuais orgânicos.

O processo evolutivo de afirmação da consciência dos subalternos precisa ser investigado com a máxima atenção para o manifestar-se do chamado «espírito de cisão», e para todas as contradições provocadas da presença de elementos dirigentes provenientes das classes dirigentes também entre os subalternos. Concluindo, a nota 49 do *Caderno 3* é talvez aquela onde com maior clareza Gramsci explica a tarefa histórica de uma conquista hegemônica por parte das classes subalternas:

O que podem-se contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O Espírito de cisão, a progressiva conquista da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve ampliar-se da classe protagonista às classes aliadas e potenciais; tudo isso precisa de um complexo trabalho ideológico, a primeira condição é o exato conhecimento do campo de esvaziar do seu elemento de massa humana<sup>17</sup>.

O trabalho ideológico, finalizado à construção de uma visão orgânica e coerente dos trabalhadores e dos subalternos, precisa ser associado por um trabalho político-organizativo. A criação de um partido-intelectual coletivo, como união funcional dos intelectuais orgânicos que, por meio de uma elaboração e direção ampla e colegial, consiga de superar a fratura historicamente determinada entre dirigentes e dirigidos, atividades intelectuais e funções do trabalho manual-instrumental.

*Recebido em 17 de abril de 2017*

*Aceito em 15 de maio de 2017*

*Editado em 28 de julho de 2017*

---

<sup>17</sup> *Ivi*, pag. 333.